

PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA: DESAFIOS E CONJECTURAS AGENDAS PARA UMA HISTÓRIA ALTERNATIVA¹

*Eric Hobsbawm, Christopher Hill, Perry Anderson, E. P.
Thompson e Joan Wallach Scott²*

*Tradução: Rafael Correia Rocha³
Gabriel Alves Damaceno⁴
Revisão: Sérgio Paulo Morais⁵*

Introdução

Em 20 de outubro de 1985, aproximadamente mil pessoas se reuniram na New School for Social Reserch de Nova York para escutar Perry Anderson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e E.P. Thompson em debater acerca de “A agenda para a história radical” (*radical history*). Acompanhando-os como comentaristas: Charles Maier, J.R Ravetz e Joan Scott.

O evento foi extraordinário em muitos pontos de vista, sem mencionar o interesse que despertou em uma época na qual –

¹ Debate publicado em espanhol, com tradução de Jorge Cernadas, na Revista EL CIELO POR ASALTO, Argentina: Imago Mundi, ano 3, nº 6, 1993/4. Agradecemos a Horacio Tarcus, María Alicia Gutiérrez e demais editores da El Cielo[...] por permitir a tradução e a publicação deste texto. Título original: “Agendas for radical history”. *Radical History Review*, n. 36, 1986.

² O texto refere-se à exposições de autores conhecidos, ou já apresentados nesta edição, por tal razão, optamos por não apresentá-los novamente.

³ Mestre em Educação pela Universidad de la Empresa/ Montevideú, Uruguai.

⁴ Graduando do Curso de História (INHIS/UFU). Bolsista projeto extensão/NUPHECIT (2013)

⁵ Professor do Instituto de História (cursos de graduação e pós-graduação) da Universidade Federal de Uberlândia.

informaram-nos – houve um declínio na consciência histórica e na estima pelo ofício e por seus praticantes. O interesse mostrado nesse simpósio não pode ser distinto, naturalmente, das realizações e da sólida reputação dos participantes como historiadores desejosos de tratar os principais problemas de investigação histórica contemporânea a partir de determinadas perspectivas filosóficas e ideológicas.

Em meio ao obscurantismo e à exacerbada especialização que caracteriza boa parte da história, os colegas Anderson, Hill, Hobsbawm e Thompson têm orientado uma corrente perspicaz para explorar a rica interação entre os fatos e a estrutura, sem considerar os modos egoístas nos quais os acadêmicos organizam suas disciplinas. É evidente que os temas abordados em seu trabalho são fundamentais: o desenvolvimento e o caráter dos estados modernos, as causas e as experiências da proletarianização, os modelos de mudança e de ação coletiva em uma época e entre épocas, e a formação e remodelação das configurações culturais. Sua tarefa, também, foi disciplinada e informada por uma visão profundamente humana, uma versão surrada e desapontada, mas ainda capaz de estimular nossas aspirações de um mundo igualitário, democrático e pacífico.

Perry Anderson e Eric Hobsbawm são membros assíduos da pós-graduação da New School. Christopher Hill e Edward Thompson se uniram a eles e a nós em um momento muito especial da New School: a dedicação de seu curso para não graduados. O simpósio foi organizado para marcar esse evento e foi pensado como a primeira oferta de Eugene Lange College à universidade e à comunidade intelectual de Nova York. Destacou o compromisso da escola com a excelência do saber e sua estima pelas tradições de investigação crítica largamente associadas com a New School for Social Research.

Como revela o texto do simpósio, os quatro palestrantes discorreram amplamente e estiveram em desacordo sobre uma quantidade de temas comumente debatidos entre os historiadores *radicais*. Todos concordaram, no entanto, como dito por Christopher Hill, em “fazer história e não teologia”, em

resumo, em praticar a arte como um universo de perspectivas, desde a história cultural e a história da ciência até a busca de modelos sociais e paradigmas econômicos. A clareza de sua visão pareceu-nos especialmente oportuna na ocasião do nascimento de uma nova escola que, como o curso de pós-graduação com o qual está extremamente associado, está consagrada ao estudo animado pelas preocupações sociais e morais.

Margaret C. Jacob⁶ e Ira Katznelson⁷

ERIC HOBSBAWM

Os quatro que se encontram – creio que pela primeira vez – sentados ao redor da mesma mesa, são em geral velhos amigos, colegas, companheiros e, às vezes, *sparings*. Formamo-nos em épocas diferentes na mesma escola histórica, a de Marx. Isso não quer dizer que somos o mesmo tipo de historiador, e que temos os mesmos interesses ou coincidimos quando escrevemos acerca das mesmas coisas. Creio que nenhum de nós desejaria negar nossa formação histórica. Com exceção de Perry, que é um pouco mais jovem, representamos a geração dos anos 1930 e 1940. Nessa medida, nosso quarteto é atípico, dado que a história inspirada por Marx está em um estado que floresce o momento, sobretudo – e de modo paradoxal – em um mundo anglofalante e escandinavo.

É certo que somos, todos nós, “historiadores *radicais*”, mas não creio que sejamos a *radical history*. Vemmo-nos – ao menos eu acho – como parte de uma corrente mais ampla da *radical history*, de esquerda ou populista, que existiu por muito tempo na maioria dos países, e, logo, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos: do lado do povo, contra os ricos e poderosos, na oposição aos governos e grupos dominantes, a favor da razão e contra a superstição, crítica da reação. Outros podem falar por si mesmos, mas eu percebi em meu trabalho sobre a era da primeira Revolução Industrial e

⁶ Professora da University of California (UCLA), Los Angeles.

⁷ Professor da Columbia University, New York.

seu impacto sobre os trabalhadores como que uma defesa e uma continuação da tarefa dos *liberal-radicals* da época eduardiana, como os Hammond, dos socialistas cristãos como Tawney e dos fabianos como os Webb. Os defeitos de nossos antepassados são evidentes. Nós temos criticando-os e ido mais além deles. Contudo, vemo-nos ao seu lado contra a reação, e creio que eles se viram do nosso lado. Ambas as partes sabem que Tom Paine não teria gostado de Ronald Reagan ou da senhora Thatcher.

Quando falo sobre a agenda para a *radical history* – e cada um de nós só pode falar por si mesmo, não há linha de partida – faço-o como um marxista, mas tenho em mente, como confio no que todos nós fazemos, a tradição progressista mais ampla da que somos parte.

Na realidade, tenho em mente algo mais amplo. Faz 33 anos que alguns de nós – dois estão aqui hoje – fundara a revista *Past and Present*, que tem sido bem sucedida, guerreiros frios e os irracionistas estão na moda mais uma vez. Como sempre, a nós a criamos só para unir os marxistas e outros *radicais*, mas *todos* os que sentiam repugnâncias políticas, ideológicas ou simplesmente profissional-acadêmica pelos subprodutos intelectuais da primeira guerra fria na História e nas Ciências Sociais. Bem, estamos vivendo a segunda guerra fria. Os cruzados intelectuais reacionários, os história é a perdedora.

“Voltar a Leopold Von Ranke” é o grito de guerra entre os historiadores conservadores, voltar às histórias sobre as pessoas e os feitos únicos, preferencialmente os das classes mais elevadas. Três vivas para a narração. Nenhuma regularidade histórica. Qualquer coisa pode acontecer na história. Isso não significa meramente “abaixo Marx” ou, a respeito desse ponto, David Abraham, mas abaixo as pessoas, as ideias e os sucessos como compreensíveis somente no marco de sociedades em transformação; abaixo o que acreditava possível explicar e generalizar; abaixo Fernand Braudel, abaixo Max Weber – em uma palavra: abaixo todos aqueles que transformam a historiografia desde a década de 1890. Não é necessário ser um radical na política para pensar que isso é ruim para a história. E o primeiro assunto, talvez o crucial, na agenda da história radical, é resistir

a esse regresso à idade da pedra histórica. Fez-se com êxito anteriormente. Podemos fazê-lo novamente.

O que mais há na agenda histórica depende de como avaliamos as realizações da *radical history* na geração passada. Deixe-me dizer de passagem que são muito impressionantes, ainda que não tenhamos tempo para examinar esse campo. Mas, sem dúvida, uma minoria, que se concentra naquilo que é central e crucial na história tem uma vantagem sobre a maioria que tão frequentemente escreve sobre o que é esquecível ou sobre modismos destinados a serem esquecidos.

Creio que a realização mais amplamente reconhecida tem sido a de ganhar um lugar para a história da população atual, de homens e mulheres comuns, salvá-los do que Edward Thompson tem chamado de “a enorme condescendência da posteridade”. Eu ainda acrescentaria o esquecimento do presente. Penso que essa batalha foi ganha. Agora é o momento de dizer que há mais para a história de baixo. Pois, ela está em companhia de anciões com gravadores, ou no fato de descobrir um álbum familiar, em ouvir o relato esquecido de alguma greve através da fala de uma diarista feminista ou de um militante negro do passado. O risco profissional dos historiadores populares, especialmente os *amadores*, é cair na colheita de crônicas, no antiquarismo e no sentimentalismo. A história do povo também necessita do uso do cérebro e de análises. A história que inspira e a elevação da consciência não bastam. Isso é também um *item* da agenda.

O alcance das análises *radicais* ficou demonstrado de modo manifesto no estudo das classes populares: classes operárias e – o que não tem sido tão amplamente admitido – camponeses, cuja história tem sido transformada pelos *radicais* nos últimos vinte e tantos anos (pensem em Teodor Shanin e Misha Lewin, só para falar dos camponeses russos do século XX). Também aqui se tem ganhado batalhas. Por outro lado, sabemos pouquíssimo acerca da estrutura e das transformações pré-capitalistas das classes trabalhadoras, especialmente acerca das divisões de idade e gênero em seu seio, e – o que é ainda mais surpreendente – sobre a burguesia. Agora tem gente transitando nesse caminho,

mas, dado que os historiadores conservadores e pró-capitalistas nos têm dito tão poucas coisas que não sejam triviais acerca dos capitalistas como classe, é tarefa dos historiadores radicais requerer mais concentração na evolução histórica dos empresários e das classes medianas.

Mas o principal mérito da *radical history* – ou melhor, nesse ponto da história marxista – tem sido manter em primeiro plano o debate do problema dos 64 bilhões de dólares da história: a saber, como explicar o complexo, desigual e entrelaçado passo do desenvolvimento humano global desde a era paleolítica à era nuclear, por meio de uma variedade de formas de organização social. Penso em debates de interesses muito díspares, mas que sempre têm servido a esse objetivo: sobre o feudalismo e a transição deste para o capitalismo, sobre a teoria do sistema mundial, sobre a protoindustrialização, sobre por que o capitalismo industrial não poderia ter se desenvolvido inicialmente exceto em certos lugares da Europa, sobre a escravidão e as sociedades escravistas; um curioso episódio na historiografia, em que virtualmente todos os principais participantes foram vítimas potenciais ou atuais do senador McCarthy. Temos dado continuidade a esse debate, formulando e reformulando as perguntas, ainda quando nenhuma das respostas seja, todavia geralmente aceita, e algumas – sob meu ponto de vista – nunca foram satisfatórias, como as versões mais simplistas da teoria do sistema mundial e a teoria da dependência.

Desejamos muito nesta velha agenda. Mas, por último, sugiro que a estendamos um pouco mais. Primeiro, olhando para trás. Permitam-me dirigir sua atenção para o trabalho recente – na *Past and Present* e no *Journal of Peasant Studies* – de Chris Wickham, que foi apontado como um exemplo do vigor intelectual do marxismo no último número da *London Review of Books* pelo assinante mais inesperado da história marxista, o sociólogo W.G. Runciman. Wickham se ocupa do que ele denomina “a outra transição” – da antiguidade ao feudalismo – e das diferenças históricas entre Leste e Oeste emergentes dela, coincidindo com Runciman, em que temos uma aproximação nova, original e fértil.

Segundo, gostaria que saltássemos à época contemporânea, ou seja, ao desenvolvimento mundial desde os anos 1930, e tratássemos de ver em uma perspectiva histórica tão longa quanto as fases iniciais do desenvolvimento social. Temos vivido, e estamos vivendo, em um período de transformação econômica, social e cultural de uma profundidade e rapidez sem precedentes. Frequentemente digo a meus alunos que alguém poderia dizer que, em escala mundial, a Idade Média conclui-se nos anos 1950. A economia, em nível nacional e transnacional, está sendo transformada. Como? Por quê? Quais são as forças por trás desse *bouleversement*? Para onde estão conduzindo, para onde poderiam conduzir? Em algum lugar dessa vasta área devem se encontrar os *itens* mais importantes e urgentes da agenda da boa história, da *radical history*. Para entender nosso presente, necessitamos do passado – e daqueles historiadores que não temem em se olhar cara a cara.

CHRISTOPHER HILL

Eric falou a maior parte das coisas que eu ia falar e as falou muito melhor do que eu poderia ter dito. Talvez deveria começar por dizer que nunca fui pago para saber algo posterior a 1714, de modo que ao menos não necessito de exortações para olhar para trás de um pouco mais longe, como alguns de vocês. O que eu gostaria de enfatizar é a importância, para os historiadores *radicals*, de ver a história como um todo – de não dividi-la em pedaços de história constitucional, demográfica, econômica, mas de ver a literatura, a religião, a história da ciência, da família, das comunidades, como parte dos temas que precisamos discutir. É o outro lado que a desintegra em pequenos pedaços.

Isso é particularmente importante para aqueles de nós que trabalhamos em universidades hoje em dia, devido aos cortes que nos afetam na Inglaterra e, suponho, afetam vocês nos Estados Unidos. Porque onde os cortes impõem-se – de qualquer maneira para nosso prejuízo – são sempre as coisas novas e apaixonantes as que comovem primeiro. As pesadas coisas antigas têm estado

ali por muito tempo, e estão fortemente enraizadas – os interesses criados defendem-se a si mesmos. Isso significa que coisas tais como o estudo sobre a mulher, negros, etc. estão expostos para serem as vítimas da economia.

É especialmente importante que se continue com a contribuição das mulheres, dado que ainda há tanto por conhecer. É muito difícil saber sobre os homens comuns no século XVII, e é mais difícil ainda saber sobre as mulheres comuns. Mas estamos começando essa tarefa, e é muito importante que continuemos avançando. É importante para o conjunto da história social. Os historiadores sociais tendem a submergir nos problemas de classe, enquanto as feministas vem questões sociais de um ângulo diferente. Sua contribuição é algo que deve ser continuado. Um dos defeitos dos historiadores marxistas tem sido às vezes abandonar as discussões teológicas entre si. Eles se apaixonam tanto por isso que na realidade esquecem-se de escrever qualquer história. Espero que os feministas não sigam esse caminho. É uma tentação, creio eu.

Na Inglaterra, atualmente, somos exigidos pelo governo a sermos mais patrióticos na nossa história, a estimular o sentimento nacional. Isso é magnífico, desde que possamos dispor de um acordo acerca de que patriotismo vamos estimular. Existe um patriotismo *radical* sobre as tradições revolucionárias na Inglaterra, tal como existe na França, nos Estados Unidos e na União Soviética – países esses que geralmente se admite terem passado por uma revolução. Em todos eles, suas tradições revolucionárias não são simplesmente algo sobre o que ler nos livros, mas algo que recordam no Dia da Independência, no Dia da Bastilha ou no aniversário da Revolução de Outubro. Entre nós, nossas tradições *radicais* têm sido acobertadas desde 1660. Os ganhadores tendem a escrever a história sempre, e começaram e continuam a escrever a história desde 1660.

Diferentemente dos franceses, estadunidenses e russos, nós não celebramos como acontecimento nacional aquele dia de 1641, no qual o povo de Londres obrigou Carlos I a sacrificar seu impopular ministro, o conde de Strafford; não celebramos aquele dia de 1649, quando, pela primeira vez na história do mundo, um

monarca foi chamado a um acerto de contas pelo seu povo e foi julgado e condenado como traidor do povo da Inglaterra. Isso é algo do qual deveríamos estar muito orgulhosos. É algo que deveríamos recordar aos nossos atuais governos.

Todas as grandes revoluções do ocidente – inglesa, americana e francesa – têm sido em algum sentido revoluções burguesas dirigidas contra uma ordem tradicional repressiva para estabelecer novas liberdades. Estas construíram um grande avanço a respeito do que existia antes, mas não foram liberdades para todos os homens, muito menos para todas as mulheres. É necessário um ajuste de contas com as tradições que se desprendem dessas revoluções. Elas tendem a ser obscurecidas e distorcidas por muitos historiadores que falam de abstrações. Quando falamos de “liberdade”, devemos nos perguntar, liberdade para quem para fazer o quê. Isso é uma das coisas importantes que devemos examinar retrospectivamente.

Nas três revoluções, existiram porta-vozes das pessoas comuns. Na Inglaterra do século XVII, havia *levellers*, *diggers* e *quakers*, havia também porta-vozes das mulheres e dos negros. Não eram todos *radicals*, entretanto; isso é uma das coisas fascinantes que nós devemos deter a explicar. Uma das primeiras porta-vozes em nome dos direitos das mulheres na Inglaterra foi, lamentoso dizer, a duquesa de Newcastle. A segunda grande feminista inglesa foi Mary Astell, uma destacada anglicana e conservadora, que teve uma pena mais aguda e engenhosa à custa dos defeitos dos homens como quase ninguém depois dela. E existiu Aphra Behn, que escreveu a primeira novela antiescravista, cujo herói era um negro: ela também era conservadora. Isso é algo que os historiadores têm que analisar e explicar. Não podemos simplesmente nos dar por satisfeitos porque no passado os *radicais* são sempre os únicos bons. Não devemos nos entregar à adoração de nossos antepassados, o que Raphael Samuel descreveu recentemente como a mais conservadora de todas as religiões. Não devemos dizer que as derrotas são vitórias; ainda que os *radicais* atraiam nossa atenção e nossas simpatias, e tenham sido deixados de

lado pelos historiadores ortodoxos, não deveríamos dizer que os *radicais* são mais importantes historicamente do que realmente foram. Seus fracassos em convencer seus contemporâneos são o que devemos analisar e explicar. Isso pode nos ajudar a fazê-lo melhor na próxima vez.

Temos que ver não tão somente as grandes figuras heroicas do passado; devemos ver os movimentos *radicais* do passado como Milton em seus últimos anos viu sua querida velha causa: como uma ave fênix imperecível, que “ressuscita, volta a florescer, mais vigorosa quando menos se espera”. Isso nos dará um sentido de solidariedade retrospectiva com tudo o que nos precedeu, e talvez, inclusive, esperança.

PERRY ANDERSON

Falando melhor como um consumidor que como um produtor de história, meu ponto de vista acerca do que deveria ser uma agenda *radical* está exposto em uma inclinação nada profissional. Mas o tema é tão amplo que qualquer escolha dentro dele torna-se fácil de ser considerada como pessoal. Permitam-me começar dizendo quanto devemos dar boas-vindas à vastidão de questões que são matéria de investigação histórica em distintas décadas, o que a tornou mais intimamente coextensiva com a vida humana do que nunca. O trabalho e o ócio, a família e a sexualidade, o delito e a lei, as viagens e as crenças, todos esses são temas agora explorados por uma história social acolhedora. Isso é inteiramente para o melhor. O estímulo para essa vasta ampliação da História originou-se principalmente das Ciências Sociais, sobre tudo – recentemente- na antropologia. Os resultados dessa ampliação, nos melhores casos, frequentemente se leem de forma não muito diferente dos modelos da literatura de imaginação – verdadeiros equivalentes, por assim dizer, do tipo de universo ficcional familiar a nós por meio de grandes romancistas do passado. Existe naturalmente uma diferença crucial: a ampliação do campo visual social àqueles que estão abaixo, os pobres, os conduzidos e os explorados. Muito mais conscienciosos e sistematicamente

examinados que em qualquer literatura tradicional, essa tem sido a contribuição dos historiadores especificadamente radicais.

Pode ser, contudo, que o amplo desenvolvimento de temas na atual historiografia esteja se aproximando agora de um ponto de saturação relativa. Adiante, é provável que haja menos campos complementemente novos no sentido existencial – para serem explorado por uma agenda *radical*. Uma expansão maior, poder-se-ia supor, pode tender a ser mais geográfica que temática – para as imensas regiões do mundo que sofreram a supremacia europeia ou norte-americana, e que foram ignoradas ou deformadas pelas visões históricas que a acompanharam, ou foram deixadas para trás por ela. Uma adequada recuperação de seu passado apenas começou para a maioria dos povos do mundo. [...]

A *história da mulher*, para citar um exemplo da mais notável das intervenções *radicais* dos últimos anos, tem sido produzida esmagadoramente [...] por mulheres. Poder-se-ia se argumentar que no futuro seria bom se fosse mais exercida também pelos homens. As historiadoras nunca se restringiram a temas supostamente femininos; também há escritos sobre grandes tópicos alegadamente masculinos: agricultura e comércio, religião e poder, estado e revolução – pensa-se no trabalho de historiadoras como Eleanor Searle, Joan Thirsk, Natalie Davis, Frances Yates, Theda Skocpol ou Victoria Bonnell nessas áreas. Eu esperaria investigações mais recíprocas da história das mulheres pelos homens. Até agora carecemos de um equivalente histórico do tipo de compreensão imaginativa que é central à boa parte da tradição literária a que fiz referência – ou seja, algo como as versões coletivas dos retratos das mulheres (na verdade, especialmente mulheres) que se encontram em James, Hardy ou Lawrence.

Dito isso, contudo, inclino-me a crer que a mais importante agenda futura para a *radical history* reside menos na maior extensão de sua amplitude social que na concentração sobre a profundidade de alguns problemas-chave, ressaltados – mas logo contornados – pela maioria dos que escrevem história, sejam conservadores, liberais ou radicais. Permita-me identificar especialmente três deles. O primeiro é o papel da teoria. Os principais problemas

históricos implicam sempre dois tipos de dificuldade intelectual: principalmente, a multiplicidade complexa das variáveis a serem determinadas que se referem a eles, e, em segundo lugar, a identificação de uma hierarquia causal justificada no interior de sua rede de interconexões. Nenhum destes problemas pode ser solucionado satisfatoriamente sem conceitos claros e sólidos. A maioria dos historiadores, contudo, tende a abordá-los de um modo em grande medida intuitivo e *ad hoc*. Geralmente, existe uma grande brecha entre os recursos empíricos e os teóricos que se aplicam a eles. A grande vantagem que tem o marxismo, a razão pela qual continua sendo o paradigma central na *radical history*, que na realidade é muito mais ampla que ele, é sua disponibilidade de um conjunto integrado e articulado de conceitos e hipóteses sobre as linhas fundamentais do desenvolvimento histórico como um todo – desde o paleolítico até a era nuclear, como acabou de expressar Eric Hobsbawm. Entretanto, não há verdadeiros rivais nesse sentido, e seu potencial está longe de haver se esgotado; na realidade, a partir de diversos pontos de vista recentes novos estudos e reavaliações sobre o marxismo estão começando a ser realizados.

Um caso exemplar sobre essas novas perspectivas tem sido o recente debate em *Past and Present* gerado pelos ensaios de Robert Brenner sobre “Estrutura de classes agrárias e desenvolvimento econômico na Europa moderna” que agora se publicou no livro *The Brenner Debate*. O que é tão destacado no trabalho de Brenner é sua capacidade de manter a unidade de um formidável domínio de materiais empíricos comparativos em um grau muito detalhado, com uma extraordinária incisividade e fluidez conceitual – sustentada e desenvolvida no debate com, historiograficamente falando, todos os candidatos. A força da contribuição de Brenner provém do desprendimento de noções especificadamente marxistas – relações de produção e formas de lutas de classes – em uma extensão raramente admitida. Essas são conceitos históricos substantivos. Mas também existem conceitos de procedimento que, do meu ponto de vista, requerem mais exames e indagações do que recebem habitualmente. Não

se pode deixar de pensar aqui na noção de causalidade. Todos os historiadores invocam causas, mas raramente discutem em profundidade o que querem dizer com elas na realidade. O problema da casualidade é, naturalmente, o problema clássico na filosofia. Hoje existe um largo abismo entre o filósofo característico e o historiador atual, tanto na formação como no temperamento. Mas isso nem sempre foi assim: pensemos no iluminismo, quando Hume e Voltaire eram não somente filósofos notáveis em seu tempo, mas também historiadores praticantes. É suficientemente claro, para qualquer interessado no passado, que existem tipos bastante distintos de determinação na história, essas diferentes formas de determinação causal, quando e como funcionam, somente podem ser resolvidas com a ajuda da reflexão teórica. Porém, o rigor e o refinamento nessa área têm sido no geral mínimos, comparados com a inversão massiva na elaboração estatística dos anos recentes, mas que são muito mais importantes. Não necessitamos ressuscitar uma filosofia da história atualmente, mas nos encontramos necessitados de uma história filosófica muito mais consciente e lúcida.

O segundo item de uma agenda *radical* seria hoje, para mim, o desenvolvimento de um tipo de história que se interesse pela *possibilidade*. Tem ocorrido nos últimos anos um debate fértil e considerável, com numerosos participantes, acerca do papel da ação humana em contraste com o poder do institucional e outras estruturas do passado. Não é exatamente a mesma – ainda que obviamente esteja conectada – a questão de quais poderiam ter sido as margens para resultados alternativos, em diferentes conjunturas do passado. Esse terreno é realmente um terreno delicado e arriscado para o historiador, mas não invariavelmente intransitável. Uma contrafactualidade sóbria, não uma frívola ou fantástica, do tipo dos “cliometristas” [*cliometricians*][...], mas uma cuja racionalidade seja realista, que pode a princípio ser um controle crítico a respeito do puro positivismo historiográfico, direcionando ao passado uma forma bastante nova de ajuda. Sua importância e seu interesse para os *radicals* é óbvia: quem deseja transformar sua própria sociedade agora tem todos os motivos

para perguntar a si mesmo que tipo de leque de opções realistas que leque de escolhas factíveis – afrontaram aqueles que os precederam. Uma historiografia nesse sentido não é meramente prometer a lua; e existem alguns exemplos notáveis dela. Penso, por exemplo, no magnífico livro *Lenin's Last Struggle*, de Moshe Levin, no qual o historiador conclui seu relatório sobre os últimos anos de Lenin com uma cuidadosa e memorável meditação acerca de como poderia ter sido – provavelmente teria sido – a sociedade soviética nas décadas de 1920 e 1930 se Lenin a tivesse vivido.

Outro exemplo recente é o estudo de Barrigton Moore: *Injustice*, que termina perguntando se o triunfo do fascismo era inevitável na Alemanha de Weimar, e replica contestando que se a social-democracia alemã tivesse adotado outro caminho em 1918-1920 - mais ou menos na direção de um módico expurgo do aparato estatal e reformas sociais moderadas depois, um caminho que estava absolutamente a seu alcance –, então a ascensão do nazismo poderia ter sido evitado. Tenho um grande respeito por *Injustice* como livro, cujo significado não tem sido completamente compreendido pela esquerda, mas acontece que acredito que a conclusão particular de Moore não é persuasiva se a submetemos a uma prova comparativa. A social-democracia austríaca enfrentou uma situação muito parecida com a da social-democracia alemã: seguiu a receita de Moore com bastante exatidão. Fez tudo aquilo que Moore sustenta que deveria ter sido feito pela social-democracia alemã. Contudo, foi incapaz de evitar o triunfo do fascismo na Áustria. Mas isso não diminui o mérito da validade e do interesse do exercício de Moore – até creio que o aumenta, porque mostra que uma história incorpora a categoria da possibilidade humana, que é suscetível de controles empíricos.

Há uma armadilha ou, em qualquer caso, uma complicação, nesse exemplo, que me leva ao último item de minha agenda de uma história *radical*. A social-democracia austríaca sucumbiu ao fascismo apesar de adotar o tipo de medida pós-guerra prescrita por Moore. Mas caiu em 1934, depois da vitória do nazismo na Alemanha. O fascismo austríaco, inicialmente clerical e de grande escala nacional-socialista, recebeu um estímulo adicional

vital de êxito prévio de seu vizinho através da fronteira. Ao final dessa convergência, estava o *Anschluss*. É o impacto ativo de uma sociedade sobre a outra que enfoca os mais exigentes problemas – e frequentemente menos solucionados – de uma verdadeira história internacional. Com isso, não me refiro à história comparativa, que tem grande acolhida e está em crescimento atualmente. O que tenho em mente é uma história *relacional*, que estude a incidência – recíproca ou assimétrica – das diferentes unidades nacionais, territoriais e as culturas das demais. Creio que é – pelo menos na historiografia pós-medieval, ou não colonial – ainda bem pouco comum. A maioria esmagadora de nossos escritos sobre história, seja *radical*, liberal ou conservadora, segue sendo nacional em seu enfoque. Essas histórias nacionais podem ser comparadas ou mesmo colocadas dentro de um complexo global mais amplo, como o faz a teoria do sistema mundial. O que menos frequentemente é tentado ou conseguido, contudo, é uma reconstrução de suas inter-relações dinâmicas no tempo.

Permitam-me dar alguns exemplos dos tipos de processos que geralmente têm sido descuidados. Nas três primeiras décadas do século XIX, as guerras revolucionárias de libertação comoveram a América Hispânica. A complexa sequência de seu desenvolvimento é comumente tratada como uma narração mais ou menos independente – continental ou regional – em si mesma. Mas, na realidade, tanto as condições quanto o concomitante das revoluções, desde o começo até o fim, foram a série *concorrente* de transtornos políticos na própria Espanha, desde o Conselho de Sevilla de 1808 à invasão de Chateaubriand, de 1823. Foram os sucessivos e decisivos eventos na sociedade metropolitana os que, mais que qualquer outro fator, determinaram o ritmo do surto, da derrota e do ressurgimento dos movimentos independentes nas colônias. Juntos, a sorte do liberalismo e o legitimismo espanhol, do nacionalismo e do realismo hispano-americano, podem ser considerados como um só, uma gigantesca concatenação através do oceano (mais ou menos o mesmo vale também, incidentalmente, para as conexões entre a primeira guerra da independência cubana e os conflitos que conduziram à primeira República Espanhola. Também aqui a

história unitária das duas sociedades nas décadas de 1860 e 1870 está ainda para ser contada).

Outro exemplo é mais próximo ao nosso país. As relações multidimensionais e recíprocas entre os capitalismo – e imperialismos – americano e britânico da Revolução Industrial em diante têm constituído um elo estrutural vital para cada um deles, através de uma grande série de metamorfoses até o dia de hoje, boa parte das quais, todavia, deve ser escrita. A indagação internacional que temos tende a ser bem mais estreita e tradicional em seu enfoque: essencialmente história diplomática. Uma disciplina no geral conservadora não é uma disciplina que deva ser desdenhada pelos *radicals*. O recente trabalho de George Kennan: *The Fateful Alliance*, que examina o único episódio da convenção militar franco-russa de 1892, mostra o que se pode fazer com esse gênero. Mas os recursos da nova história social e econômica necessitam ser levados a se interessarem pelas relações entre – e também dentro – das sociedades, para produzir uma história internacional mais ampla. Já temos uns poucos exemplos sobressalentes dele – o trabalho de Arno Mayer e Charles Maier atende a memória.

Por que esse tipo de história é especialmente relevante para os *radicals*? Em parte porque o internacionalismo deveria ser um valor permanente, central para a esquerda, mas, em parte, também devido a um peculiar paradoxo de nossa atual situação. Porque o trabalho de *radicals* ou socialistas – incluindo um *corpus* importante e crescente da historiografia marxista – nunca desfrutou de tanta autoridade na compreensão corrente do passado como nos últimos 25 anos. Mas também, nunca os *radicals* ou socialistas estiveram mais inseguros acerca da direção do presente e com falta de confiança – inclusive pessimistas – em relação à configuração do futuro do que estão hoje em dia. Esse presente e esse futuro, contudo, estão se tornando – para melhor ou para pior – mais internacionais a cada hora. Os historiadores sempre trazem algo de suas atuais limitações na construção do passado. Seria bom se os *radicals* exercitassem mais sua imaginação nesta porção da pré-história de nossa própria época.

E. P. THOMPSON

Sinto-me como um impostor aqui, pois, durante os últimos seis anos meu ofício tem estado submerso na atividade pacifista, e devo lhes explicar a posição a partir da qual estou falando agora. Tem sido seis anos, não de fazer isso ou outra coisa de vez em quando pela paz, mas – com exceção de dois breves períodos de ensino neste país – de atividades em tempo integral. Em cinco anos, tenho interferido em mais de 500 comícios, concorrendo em infinitas assembleias, visitando como emissário do movimento pela paz em 19 ou 20 países diferentes. Tive em minha própria casa um volume de correspondência que enterrou qualquer possibilidade de trabalho. Boa parte dela tem sido de documentos fascinantes, cartas escritas de diferentes partes do mundo. Um renascimento muito curioso do internacionalismo está tendo lugar de um modo singular, mas não através de estruturas normais dos partidos ou instituições políticas. De certo modo, por acidente, uns poucos nomes foram mandados embora alguns anos atrás e se tornaram amplamente conhecidos – e entre eles, eu. As pessoas descobriram onde moro, e as cartas chegam até mim.

Algumas cartas devem ser lidas de maneira urgentíssima. Podem vir de outro lugar: podem ser provenientes de independentes húngaros ou de pacifistas soviéticos perseguidos; podem vir do movimento pacifista estadunidense; podem vir do Canadá; da Austrália, ou de onde quer que for. Isso significa que realmente abandonei à força minha atividade como historiador durante um longo período. Nem sequer tenho um passe válido para a British Library, ou o Public Record Office. Ao passar pela New York Public Library esta manhã, senti uma pontada dentro de mim – o sentido de quanto tempo havia se passado desde que pude trabalhar imerso na generosidade ali existente. Estou pelo menos cinco anos atrasado com minhas leituras, incluindo as dos trabalhos de meus amigos próximos, colegas e ex-estudantes. Estou tentando voltar, mas não há garantia de segurança alguma. Essa não é uma posição fácil de abandonar. Devo dizer que quando estava tentando abordar *Customs in Common* este ano, de repente tive

que aprender e dominar todo o horrível vocabulárioacrônico e a tecnologia da iniciativa de defesa estratégica, e editar e – em partes – escrever um livro sobre a *Guerra nas Galáxias*.

Mas isso implicou também intercâmbios entre o Leste e o Oeste de uma forma muito interessante, e talvez, potencialmente muito importante. Não estou recomendando a outros a seguirem meu caminho. Ainda que seja uma maneira de convidar [...], de termos mais mãos que se comprometam com este trabalho internacional. [...] Mas espero que todas essas novas mãos não comecem a me escrever cartas!

Não estou me desculpando. Quando em nosso país, tal como no de vocês, grupos profissionais começaram a formar suas próprias organizações antinucleares, mas os historiadores tiveram um pequeno problema, porque a menos que fossem pós-Hiroshima, não havia realmente muita história com que eles na verdade poderiam contribuir (pensavam eles) sobre o movimento antinuclear. Mas finalmente alguém levantou a bandeira correta para os historiadores contra as armas nucleares: “Os historiadores exigem a continuidade no abastecimento da história” (Historians demand a continuing supply of history). E tem razão. Porque sob a crítica dessa sombra de guerra nuclear, toda discussão em torno da história e da cultura torna-se vazia. Inclusive, nessa cidade, um dos centros de maior densidade populacional do mundo, que agora está para se converter na base de uma armada pirata com armas nucleares, as escolas e faculdades daqui devem considerar sua posição. Por isso, não estou com disposição de ânimo para oferecer conselhos para os futuros historiadores.

Se – ou quando – regressar a meu ofício, minhas preocupações serão bastante pessoais: William Morris disse a Burne-Jones quando tinha a minha idade: “a melhor maneira de prorrogar o resto de nossos dias agora, velho garoto, é completar nossos antigos assuntos”. E talvez haja um sentido no qual três dos que estão no palco estejam fazendo isso, e não precisamos nos desculpar por eles. Estamos completando e ampliando uma tarefa que começou em alguns casos faz 40 ou mais. Uma determinada ruptura na *radical history* britânica, associada

particularmente neste momento com a tradição marxista, teve lugar faz uns 45 anos. Lamento utilizar metáforas militares, todavia estamos explorando um terreno que foi ganho com aquela ruptura. No meu caso, em 1940, como estudante, chegou através do trabalho de Christopher Hill, seu breve estudo inicial sobre 1640. Com a idade de dezesseis anos sentei-me para escrever [ainda distante do ensino universitário] um ensaio sobre a interpretação marxista da história e a guerra civil inglesa, folheando o trabalho de Christopher, Bernstein, Petagorsky e os panfletos de Winitanley e tantos folhetos *leveller* como pude obter, e algo de Marx, Engels e Plejanov. E ali, seguimos investigando outra ruptura: penso no magnífico ensaio de Eric sobre “*The Traming Artisan*”. O resto de nós seguiu por esse caminho.

Meus próprios “assuntos antigos”, a maior parte dos quais estão escritos pela metade ou escritos mais que a metade, incluem os estudos sobre história social, costumes, práticas e cultura popular do século XVIII, as que denomino *Customs in Common*, alguns dos quais já têm sido publicados; meu livro parcialmente escrito sobre William Blake; meu trabalho sobre os românticos na Inglaterra da década de 1790 – o jovem Wordsworth, o jovem Coleridge, e a afirmação e a derrota da causa dos direitos da mulher; e também tenho um livro que espero fazer sobre um aspecto pouco conhecido dos Balcãs na Segunda Guerra Mundial.

Se – ou quando – regressar, terei um olhar distinto? Creio que é possível. Devo dizer honestamente, sem nenhum sentido de crítica particular ou de grande declaração teórica, que estou cada vez menos interessado no marxismo como sistema teórico. Não estou tanto a favor ou contra, tão incomodado com alguns debates que persistem. Encontro uma parte da discussão distraída dos problemas históricos, como um impedimento para completar meu trabalho. Perry Anderson e eu tivemos um debate - ou melhor, eu tive um debate com Althusser faz uns dez anos, – e Perry, de um modo generoso e construtivo, comentou esse debate em *Arguments in English Marxism*. Pergunta-me porque não fiz uma réplica a Perry. Não sinto necessidade nenhuma de responder a Perry. Creio que ele tinha muitas coisas importantes

e interessantes a dizer. Acredito que poderíamos dizer que foi um empate. E eu os lego para que vocês continuem esse debate, se necessitar de continuação.

Só direi que houve duas coisas terríveis que Perry fez: defendeu Walpole e mostrou pouco respeito por Jonathan Swift. Gostaria de discutir esses dois pontos alguma vez, especialmente porque considero *Gulliver's Travels* como uma das mais ferozes críticas das razões do poder já escritas. Todavia, tem uma vitalidade de caráter extraordinário. E por razões políticas, tentamos desvalorizar isso, então, de algum modo, nossas categorias são muito limitadas.

Há aqui um problema político do tipo muito simples. Acho difícil dizer em que consiste minha relação com a tradição marxista, porque, na Grã-Bretanha de Mrs. Thatcher, a imprensa popular registra qualquer forma de radicalismo como “marxista”. Se posso dar um exemplo: faz quatro ou cinco anos, estava com minha filha. Paramos o carro e fomos caminhar pelo bosque de Oxfordshire. Tínhamos conosco nosso cachorro, que havia visto um faisão. Felizmente tínhamos o cachorro preso na coleira quando o guarda do bosque aproximou-se com uma arma. Ele disse que o bosque agora não pertencia mais a um *lord*, mas a alguma enorme instituição bancária ou de investimentos, e nós estávamos entrando de modo ilegal na propriedade, e que isso e aquilo. Como um inglês respeitoso, estava por me retirar. Infelizmente, minha filha resultou em ser uma “inglesa nascida livre” (*freeborn Englishwoman*). E começou a lhe dar um montão de respostas insolentes sobre os direitos civis e a lei de infração de propriedade alheia. Depois disso, o guarda do bosque disse: “Quem são vocês, então? Marxistas?” Em uma situação como essa, ninguém vai negar que é marxista.

Sinto-me mais feliz com o termo “materialismo histórico”. Também sou da opinião de que ideias e valores estão situados em um contexto material, e que as necessidades materiais estão situadas no contexto de normas e expectativas, e se voltam para esse multifacetado objeto de investigação social. Sob um aspecto é um modo de produção; sob outro, um modo de vida. O marxismo

deu-nos um vocabulário universal, ainda que existam algumas surpresas que vão chegar até nós. Um amigo meu esteve na União Soviética ano passado. Depois de um seminário histórico, no qual estava tratando de problemas sobre a luta de classes e as relações de classes, foi retirado discretamente – não por relações “dissidentes”, mas por membros da profissão histórica soviética, que lhe disseram que “os cientistas sérios já não usam o conceito de classe na União Soviética”. Quando uma abertura entre o Leste e o Oeste chegou, pudemos descobrir que os dentes das crianças têm sido postos como uma fronteira azeda da ideologia doutrinária do passado stalinista, pois os diálogos tornam-se muito difíceis.

Creio que as categorias provisórias do marxismo às quais Perry fez referência – classe, ideologia e modo de produção – são conceitos difíceis, mas são criativos. Em particular, a noção histórica da dialética entre ser social e consciência social – ainda sendo uma inter-relação dialética que em ocasiões eu gostaria de investir – é extraordinariamente potente e importante. Contudo, também encontro na tradição pressões para o reducionismo, dando prioridade à “economia” sobre a “cultura”, e uma confusão radical introduzida por uma fortuita metáfora de “base e superestrutura”. [...] Essa definição de necessidade, nos termos econômico-materiais, tende a impor uma hierarquia de causalidade, que atribui uma prioridade insuficiente a outras necessidades: as necessidades de identidade, as necessidades de identidade de gênero, e as necessidades de respeito e reconhecimento entre os mesmos trabalhadores. De fato, concordo com todos os oradores aqui acerca de tratar e ver a história como uma colcha de retalhos, como um registro objetivo de atividades inter-relacionadas, enquanto concordo também com Perry de que o conceito de causa é extraordinariamente difícil, e a respeito do qual sempre chegamos a uma compreensão apenas aproximada.

Penso que a renovada ênfase no poder e nas relações de poder, especialmente na história, é correta. Alguns estudos de “cultura” esquecem o contexto predominante de poder. Contudo, sobre os grandes problemas do século XX, isso que se tem chamado de “marxismo”, teve tão poucas coisas proveitosas para

dizer. O afincamento do nacionalismo, o problema total do nazismo, o problema do stalinismo, da revolução cultural chinesa, da Guerra Fria atualmente, do meu ponto de vista, não representam conflitos entre modos de produção ou de economias, mas um conflito proveniente de um livrinho ideológico gasto, que na verdade ameaça terminantemente todos os modos de produção por igual. Acredito que temos um vocabulário insuficiente para examinar a estrutura das relações de poder através do simbolismo, desde o temor reverencial ao império ou à monarquia, até o temor reverencial atual pelas armas nucleares. Nossa preocupação deve ser cada vez mais a de descobrir a “racionalidade” da insensatez social. Isso não significa levantar as mãos e exclamar “qualquer coisa pode acontecer na história”, mas, sim, encontrar as “razões” da insensatez social. Para dar um exemplo, entre os poucos artigos que tive tempo de ler nos últimos meses, o que mais me chamou atenção, completamente fora de meu campo de pesquisa, foi um artigo *em Past and Present* (de maio de 1985), de Inga Clendinnen, intitulado *The Cost of Courage in Aztec Society*.

E de onde, novamente, derivam o vocabulário materialista para ação, as iniciativas, as ideias e ainda o amor? Essa é a razão pela qual estou tão interessado em Blake, e na disputa de Blake com os *Diests* e os utilitaristas godwinianos. Suas simpatias políticas estavam junto com muitas de suas posições: porém, no final, defendia que deve haver uma afirmação: “Amarás”. De onde veio o mandamento afirmativo “amarás”? Esse debate com o necessitarismo continua a velha discussão de Milton com os defensores da predestinação e antecede o debate atual com os determinismos e estruturalismos – que são em si mesmos frutos ideologicamente flexíveis de uma época derrotada e desiludida. Se desconstruirmos a Guerra Fria, então, uma nova era de ideias pode chegar, como nas décadas de 1640 e 1790.

Não tenho mais o que dizer, exceto que nossos impulsos radicais estão realmente cercados de muitas maneiras. Falamos pouco sobre isso, mas todos sabemos. Não conheço exatamente como são as coisas nos Estados Unidos, mas nos últimos dez anos, sinto na Grã-Bretanha um encerramento definitivo da

situação. Uma falta de originalidade. Um jogar prudentemente. Uma situação de trabalho que é tão difícil que se sente uma perda de vitalidade, um entorpecimento da iniciativa *radical*. E isso provém em parte de pressões político-ideológicas diretas.

Esse simpósio pode parecer quase uma invasão anglo-marxista de Manhattan. Recordo que existiu um *College des Hautes Etudes* no exílio, que teve a generosa acolhida da New School durante a Segunda Guerra Mundial; pergunto-me se somos os precursores de um colégio britânico no exílio, escapando da Mrs. Thatcher.

Não quero dizer a ninguém como escrever história. Devem descobrir seu próprio caminho. Aqui estamos no palanque, tão sujeitos à formação e às determinações de nossa própria época como os demais. Se nossa tarefa é continuada por outros, será continuada de modo diferente. O que é *radical* nela reclama alguns vínculos entre a academia e a experiência ativa, seja sob a forma de educação de adultos ou de um tipo de trabalho que a MARHO e a *Radical History Review* realizam aqui em Manhattan. Há uma certa desconfiança sobre a fácil assimilação pela sociedade anfitriã, uma consciência das determinações institucionais e ideológicas das sociedades em que trabalhamos, que estão estabelecidas sobre a insensatez, ou sobre as razões do poder e das razões do dinheiro.

Na década de 1790, Wollstonecraft disse que “o pensamento não tem sexo”. Sei que algumas feministas contemporâneas querem revisar essa posição, porque a inteligência está muito situada em um contexto de gênero. Mas penso que queremos recordar a assombrosa coragem de Wollstonecraft ao dizer exatamente isso na década de 1790. Quando disse “o pensamento não tem sexo”, a frase reclama ao mesmo tempo o acesso no mundo inteiro à inteligência para seu gênero, e também recusou qualquer privilégio para seu gênero. Se me permitem uma analogia, a *radical history* não deveria pedir privilégios de nenhum tipo. A *radical history* deve ser boa história. Deve ser tão boa como a história pode ser.

Comentário:
JOAN WALLACH SCOTT

Os quatro historiadores deste painel representam uma extraordinária viagem ao seio da tradição marxista, tal como tem sido desenvolvida no campo da história social. Sem ter lido seus textos antecipadamente, resulta ser impossível tanto resumir como brindar uma crítica fundada dos autores. Existem, contudo, umas poucas pontualizações que gostaria de fazer. As observações destes quatro historiadores têm certas coisas em comum. Em primeiro lugar, representam a flexibilidade e a adaptabilidade de uma análise marxista e sua capacidade de se estender por muitas épocas e temas, para identificar e tornar visíveis aqueles fora do alcance tradicional da história. Na incorporação das mulheres na agenda atual – por vários historiadores que têm resistido ou ignorado o tema até bem recentemente – advertimos a maneira pelo qual o interesse pelos oprimidos pode se estender mais além de uma definição estreita de classe social. Isso se origina, creio, em um desejo de observar que aqueles marginalizados do exercício do poder ou do relato da política podem possuir uma demanda digna a ser escutada mesmo quando não se ajustem com pulcritude categorias predeterminadas das análises de classe. Esse tipo de *radical history* desafia a história rankeana e questiona a história de autodesenvolvimento que os poderes instituídos sempre desejam contar.

Em segundo lugar, vemos nestes quatro homens a demonstração de um compromisso político emocionante e inspirador. Há uma política para sua *radical history* que, em minha experiência pessoal, não se parece com nenhuma outra. Eric Hobsbawm, falando sobre as necessidades de pensar em termos de política contemporânea a profissão histórica; Christopher Hill remete à criação, na história que escrevemos, de uma “solidariedade retrospectiva com tudo que nos precedeu” – o que, em outro contexto, Fredric Jameson chamou de “o inconsciente político”; Perry Anderson vincula o internacionalismo de hoje em dia com a necessidade de uma perspectiva analítica sobre as

conexões internacionais no passado; e o ativismo antinuclear de Edward Thompson se transporta de um lado para outro, da escrita da história à construção, e prevenção, da história.

Um terceiro aspecto exemplificado nestas quatro apresentações é a capacidade desse tipo de história marxista para a renovação teórica. Escutamos a insistência de Perry Anderson na teoria antes, mas hoje, todos os oradores supõem uma ampliação das preocupações teóricas prévias. Mas, chamativa para mim, é a exploração de Edward Thompson das inter-relações de ideologia e estruturas simbólicas, por um lado, e experiência material por outro, em sua discussão sobre as operações do poder.

Quarto, estou impressionada pelo sentido da significação contextual da história, tanto da história do passado como destas pessoas como historiadores escrevendo história. Há um aspecto autorreflexivo em todas essas conversas, que se apresenta através de relatos de onde vem o historiador e como foi sua formação, e de se colocar dentro de muitos contextos históricos. Essa espécie de autoconscientização no mesmo momento em que se olha para o passado é característica da melhor aula de *radical history*, concedendo-lhe seu dinamismo e pertinência política.

Contudo, a agenda para os historiadores *radicals* que nos tem oferecido hoje é mais um olhar para trás que para frente. Resumirei os temas principais dessa agenda e logo brindarei alguns agregados a ela. Primeiro, temos sido exortados a proteger o terreno que ganhamos. É um terreno fértil e rico, e a sensação de ameaça não está equivocada. Existe um esforço conservador em curso, como assinala Eric Hobsbawm, para minar o poder de análise política que o tipo de história social produzida nos últimos 10 ou 15 anos tem sido capaz de proporcionar. Esse esforço adota a forma de uma insistência na relevância dos indivíduos importantes e na política estreitamente interpretada. Mas, sobretudo, adota a forma de um chamado para “voltar ao relato”, com a qual querem significar o contar histórias “como sucederam” e sem nenhuma postura analítica óbvia. A ingenuidade filosófica dessa noção de relato não vem ao caso; converteu-se em um grito vitorioso de adesão para os historiadores conservadores.

O segundo item da agenda é um chamado para afiar nossas ferramentas de análise sobre o modo que podemos realçar a *radical history* e compreender os métodos daqueles que se deslocariam para este campo. Aqui, parece-me que a argumentação de Perry Anderson pela teoria é em parte um chamado para refinar os conceitos do poder; também são as ideias de Edward Thompson de que devemos reconhecer o papel crucial desempenhado pela ideologia e representação simbólica.

Creio, contudo, que se olharmos mais adiante para formular uma agenda para o futuro da *radical history*, devemos incluir o gênero como uma ferramenta de análise. Apesar de tudo os que temos escutado sobre as mulheres nessas quatro apresentações, não escutamos o suficiente. Não escutamos o bastante porque os sinais em direção à história das mulheres não as incluíram permanentemente como sujeitos históricos; simplesmente agregar as mulheres à história não vai mudar a história. Exaltar a extraordinária coragem de Mary Wollstonecraft, colocá-la em um panteão de heróis – a maior parte deles homens, até agora – que a história social tem comemorado, não nos vai ajudar a compreender plenamente a experiência das mulheres, porque não se aplica à questão de gênero. O gênero deve ser entendido não meramente como uma realidade física ou social, mas como um modo de organizar e falar sobre as relações sociais de poder; não só as relações entre mulheres e homens, mas também entre poderosos e não poderosos. O gênero tem sido uma dessas metáforas extraordinárias, símbolos de compreensão e modos de organização da experiência, cujo poder devemos investigar.

Especificamente em relação ao tipo de história que tem estado representada aqui, penso que necessitamos compreender os modos pelos quais a formação da linguagem de classe incorporou uma linguagem masculinizada que nem sempre determinou a exclusão das mulheres da participação, mas que simplesmente colocou-as fora de cena. Como funcionou isso, que significou para a experiência das mulheres e homens comuns, é uma pergunta que ainda não foi respondida. É uma questão que, uma vez abordada, desafiará a ideia de Perry Anderson [...], porque,

como esse campo tem-nos demonstrado tão magnificamente, a articulação de novos problemas teóricos sempre conduz ao descobrimento de um novo material, uma nova informação e novos conhecimentos.

O terceiro item da agenda que nos foi apresentada tem a ver com a metodologia. E aqui, novamente, as possibilidades futuras têm sido insinuadas, mas não são levadas tão adiante quanto desejaríamos. Se, além de estudar condições materiais e vastos processos sociais, vamos analisar símbolos e textos, devemos incluir entre nossos métodos, meios apropriados de análise. Os historiadores não deveriam meramente analisar os símbolos e textos como se fossem transparentes ou evidentes em si mesmos. Os campos da antropologia cultural e da crítica literária têm contribuído com modos melhores de fazer isso, o que muitos de nós estamos em condições de fazer. Mas tomar emprestado esses campos não é uma coisa simples de se fazer. Na realidade, acredito em outro conjunto de problemas teóricos. Novos métodos interpretativos, na verdade, conduzem-nos a reconsiderar os tipos de problemas que Edward Thompson nos pediu para reconsiderar, mas em termos algo distinto ao que ele nos propôs.

Thompson sugere que podemos necessitar revisar nossas noções de direção causal da relação entre a base e a superestrutura, a circunstância material e a ideológica. Creio que talvez devamos ir mais longe, rompendo qualquer noção de uma única direção causal, e, em lugar, disso postular quatro áreas de indagação. Uma delas diz respeito a representações simbólicas e metafóricas – como funcionaram determinados símbolos e metáforas, o que estão dizendo e o que significam. A segunda área é da experiência política: como as relações de poder são entendidas, organizadas, e quem fica incluído e excluído e em que termos. A terceira tem a ver com as condições vivenciadas, na falta de um termo melhor: essa é a área da vida ou experiência sobre o que habitualmente não se pensa – o trabalho, o ócio, a sexualidade – até que um momento político coloque-a em questão ou cristalize algo acerca dela. A quarta refere-se à identidade individual e coletiva. Como os indivíduos estabelecem um sentido

de pertencimento ao grupo? Antes de se assentar uma hierarquia de causa entre essas quatro áreas, acredito que devemos perguntar *como* se articulam umas com as outras. Felizmente, para os historiadores, a resposta para essa questão nunca pode ser puramente teórica. Só podemos contestar empiricamente, em termos de contexto, épocas e lugares específicos, de modo que existe ainda muito trabalho a ser realizado.

Minha agenda para o futuro da história radical, portanto, está em olhar para o futuro dos estudos que desenvolvem o gênero como uma categoria de análise para todos nós – não somente para as mulheres ou historiadores das mulheres – e que trabalhem com noções complexas de processo de causa e transformação, antes de usar modelos monocausais simples. Estes quatro historiadores *radicals* têm-nos mostrado em sua obra e em suas apresentações de hoje a importância do compromisso político na prática da história. Recordam-nos, também, que o compromisso político não é estático, que nunca funciona bem quando se sustenta dogmaticamente, que muda para se ajustar a seu tempo. É certo que essas épocas de políticas conservadoras requerem que os *radicals* reafirmem seus compromissos *radicals* para proteger o terreno que temos, mas também reclamem que estamos desejosos de forjar novos conceitos, novas teorias no calor da batalha. Porque nossa história não pode ser *radical history*, se não é autocrítica e não olha para o futuro.